

entidades sociais. Resultados: amostra composta de 56% homens, 82% não trabalha, 70% encaminhado pelo conselho tutelar, 28% não estavam estudando, 71% com repetência, 38% usavam drogas, 12% com transtorno mental, 10% sofreu violência, 52% com problemas na escola e 63% com defasagem escolar. Após o controle do efeito das variáveis independentes, foi encontrada a associação significante entre adesão ao tratamento com estar estudando após 6 meses ($odds=3,9$; IC95:1,2-12,4) e estar estudando no início do tratamento ($odds: 183$; IC95:59-564). Conclusão: este estudo mostrou que um programa de atendimento psicossocial, multidisciplinar de caráter preventivo é efetivo na reinserção escolar do adolescente com vulnerabilidades sociais.

ESTUDO DO USO DE MEDICAMENTOS POTENCIALMENTE INAPROPRIADOS NA FARMACOTERAPIA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Castro, P.F. (1); Romano-Lieber, NS (2);

INSTITUIÇÃO: 1 - Faculdade de Ciências Farmacêuticas - USP; 2 - Faculdade de Saúde Pública da USP; INTRODUÇÃO: O envelhecimento da população é um fenômeno global e traz desafios como tratar das necessidades especiais dos idosos relacionadas à saúde. Os critérios de Beers e STOPP listam uma série de medicamentos ou classes terapêuticas considerados inapropriados a idosos, seja por falta de evidências acerca da eficácia ou pelo risco aumentado da ocorrência de eventos adversos (EA). OBJETIVO: Verificar a prevalência de medicamentos potencialmente inapropriados (MPI) segundo os critérios de Beers e de STOPP na farmacoterapia de idosos de instituições de longa permanência (ILPI) na região metropolitana de São Paulo. MÉTODO: Estudo transversal retrospectivo. População composta por 358 idosos de cinco ILPI, com informações obtidas por meio de consulta a prontuários. Para avaliação da farmacoterapia de cada paciente, foram utilizados os critérios de Beers 2003 e os de STOPP. Análises estatísticas por meio do software Open Epi foram realizadas para verificar associação entre uso de algum MPI e as variáveis pessoais e de saúde pesquisadas nos prontuários. RESULTADOS: Os critérios de Beers identificaram 98 MPIs prescritos a 83 idosos (23,2%). Observou-se associação entre o

uso de MPI e polifarmácia (5 ou + medicamentos) e com internações nos 12 meses anteriores à pesquisa. Os principais MPI utilizados foram sulfato ferroso, amiodarona, nifedipino e prometazina. Os critérios de STOPP identificaram 307 MPI prescritos a 190 idosos (53,1%). Encontrou-se associação positiva entre uso de MPI e polifarmácia e com presença de duas ou mais morbidades. Os principais MPI prescritos foram o ácido acetilsalicílico, hidroclorotiazida e antiinflamatórios não esteroidais. DISCUSSÃO: Foi alta a prevalência do uso de MPI entre os idosos estudados, indicando a necessidade de monitoramento dos usuários quanto a possíveis EA, já que alguns dos fármacos utilizados podem provocar eventos graves a seus usuários. Os critérios de STOPP são capazes de identificar um maior uso de MPI já que se referem, prioritariamente, a classes terapêuticas, e não a fármacos específicos. Embora a análise clínica cuidadosa e focada em cada paciente seja mais importante para determinar a farmacoterapia, o uso de critérios pode auxiliar na decisão, mostrando preocupação em melhorar práticas terapêuticas e reduzir EA e, consequentemente, aumentando a qualidade do cuidado e otimizando o uso de recursos.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE ALEITAMENTO MATERNO EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Minagawa, A.T. (1); Duarte, L.S. (2); Palombo, C.N.T. (2); Fujimori, E. (2); Borges, A.L.V. (2);

INSTITUIÇÃO: 1 - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Projeto financiado pela Fapesp Processo 2011/50930-9; 2 - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo;

Introdução: Incentivo ao aleitamento materno-AM até 2 anos de idade ou mais e aleitamento materno exclusivo-AME até os 6 meses continua sendo uma das prioridades no cuidado à saúde da criança. Assim, avaliar a evolução dessa prática em município de pequeno porte após uma década pode subsidiar novas estratégias de promoção e apoio, tornando relevante este estudo. Objetivos: Comparar os índices de AM e AME entre estudos realizados em 2001 e 2013. Método: Dados de dois estudos transversais desenvolvidos em município de pequeno porte do estado de São Paulo. O 1º estudo, realizado em 2001, foi de base populacional com coleta de dados por

inquérito domiciliar em amostra probabilística, proporcional ao número de crianças <2 anos. O 2º estudo foi realizado em 2013 e incluiu crianças <3 anos matriculadas nas Unidades Básicas de Saúde-UBS do município. A amostra foi proporcional ao total de crianças cadastradas em cada UBS e este estudo analisou crianças <2 anos. Considerou-se em AM crianças que recebiam leite materno-LM e em AME crianças que recebiam só LM, sem outro líquido/sólido, calculado para <4 meses e <6 meses. Resultados: Em 2001, das 261 crianças, 41% encontravam-se em AM. Entre as <4 meses, somente 21% recebiam AME, mas 82% continuavam em AM. Considerando as <6 meses, apenas 13% estavam em AME, embora 75% ainda fossem amamentadas. Em 2013, das 306 crianças <2 anos, análise preliminar mostrou que 61% estavam em AM, 20% acima do verificado em 2001. Entre as <4 meses, a proporção de crianças em AME aumentou de 2,3 vezes, passando para 49%, com manutenção da proporção de crianças em AM (83%). Nas crianças <6 meses, a proporção de crianças em AME aumentou 3,2 vezes, passando para 41%, com discreto aumento no percentual de crianças em AM (82%). Conclusão: Os índices de AM e AME aumentaram no período estudado. Contudo, é importante considerar que o incremento pode ser decorrente do fato de que em 2013 as crianças estudadas eram usuárias das UBS e que, portanto, recebiam orientações e incentivo para a prática do AM nos serviços de saúde. Os índices, no entanto, ainda não alcançam as recomendações de AME até os seis meses e AM até dois anos ou mais, pois 60% das crianças <6 meses já recebiam outros alimentos e 40% das <2 anos já estavam desmamadas. Ressalta-se assim, a importância de se sensibilizar e dar subsídio aos profissionais da atenção básica no que se refere a estratégias de abordagem do AM para potencializar ações de promoção e apoio ao AM.

FAMÍLIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: O DESAFIO DE CUIDAR QUANDO TAMBÉM SE PRECISA DE CUIDADO

Covelo, B.S.R. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - UNIFESP;

Fica cada vez mais evidente a desmobilização dos familiares nas políticas de saúde mental, o que di-

ficulta avanços na desinstitucionalização, pelo fato do envolvimento do familiar ser algo importante para o cuidados destes indivíduos. Através de atividades dentro dos serviços de atenção psicossocial, como grupo de família, os familiares poderiam encontrar um suporte para lidar com o impacto do sofrimento psíquico em suas vidas e se informar sobre as propostas de atenção psicossocial e formas de construir uma rede cuidados. A formação de um rede de cuidados eficiente, que envolvesse recursos no território, evitaria a sobrecarga dos familiares e ajudaria os usuários em seu tratamento. Nota-se que está havendo uma falta de potencialização da família no campo da saúde mental. São pessoas importantes para o plano de cuidados e apresentam demandas de falar sobre seus sofreres cotidianos, contudo os serviços substitutivos de atenção psicossocial não estão criando novas estratégias para atraí-los a participar integradamente com esses serviços. Consequentemente, os familiares não são informados a cerca das propostas antimaniciais e psicossociais, fazendo com que eles não tenham contato com a política de saúde mental de fato, o que dificulta os avanços da reforma psiquiátrica. Esta pesquisa objetivou investigar a participação da família no plano de cuidados de pessoas com sofrimento psíquico grave inseridas em um serviço de atenção psicossocial, por meio de debates em grupos focais. Entretanto, os grupos não se realizaram, pois os familiares justificavam não terem tempo para participar. Esta realidade foi uma fala muito comum na pesquisa anterior entre os familiares e um fato visto como limitante para participação de atividades. Diante disso buscamos espaços facilitadores de conversas informais e outras trocas que indicaram que os familiares demandam falar sobre seu sofrer cotidiano em contato com a loucura, mas não reconhecem os espaços oferecidos para uma escuta como potentes a ponto de fazerem questão de participar. É possível notar como novos estudos sobre a temática são necessários para elucidar questões de forma mais profunda sobre esses familiares. Frente aos desafios dessa pesquisa e à dificuldade de explorá-la com maior profundidade junto aos familiares, buscaremos aprofundar esta temática em torno do conceito ferramenta sofrimento.